CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0569/87 (PROC.DRE-7-Oeste 11249/86)

INTERESSADA : EEPSPG "Zacarias Antônio da Silva" - Cotia

ASSUNTO : Regularização de Vida Escolar de alunos concluintes da 4ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério

RELATOR : - Consº Arthur Fonseca Filho

PARECER CEE N° 905/87 APROVADO EM 06/05/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

1.1. A direção da EEPSPG "Zacarias Antônio da Silva", em Cotia, jurisdicionada à 32ª DE de Itapevi, solicita ao CEE, em 01.12.86, a regularização da vida escolar dos alunos que, em 1985, concluírem o Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, sem terem cursado a disciplina Fundamentos da Educação de Pré-Escola, componente obrigatório da área de aprofundamento em magistério na pré-escola, como dispõe a Deliberação CEE nº 21/76, (fls. 3 e 4)

1.2. A referida direção expõe o seguinte:

1.2.1 - em 1984, foi reformulado o quadro curricular da citada Habilitação, tendo sido substituída a disciplina Fundamentos de Educação Pré-Escolar, com três aulas semanais, por Técnicas de Avaliação do Rendimento Escolar, com duas aulas semanais, e Literatura Infantil, com uma aula semanal;

1.2.2 - em 1984, não tendo havido classe de 4ª série, a alteração curricular não trouxe nenhuma consequência, o que não aconteceu com os alunos concluintes de 1985 e 1986. Para os concluintes de 1986, houve correção da falha mediante um Plano Especial do Estudos, submetido à apreciação e homologação pela DE, restando o problema em relação à turma de 1985, objeto da presente solicitação.

1.2.3 - consultados, os professores de Didática da Educação Pré-Escolar e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau desta turma estão de acordo quanto à aplicação do princípio de recuperação implícita previsto no Indicação CEE 8/86, que faz parte integrante da Deliberação CEE 18/86, para a solução do caso.

1.2.4 - os alunos diplomados em 1995 não podem ser prejudicados em decorrência de lacunas curriculares que não provocaram, bem como pelas seguintes circunstâncias:

- falha administrativa;
- irregularidade constatada após o termino do curso;
- alguns diplomados não mais residem no município e outros já ministram aulas em várias escolas ou ingressaram em cursos superiores".

1.2.5. - conclui, citando o item 3.2. do referida Indicação para a solução do caso.

1.3. Foram anexados:

1.3.1 - proposta para Regularização de Vida Escolar, formulado pelos professores de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e de Didática da Educação Pré-Escolar, fundamentada na Indicação CEE 08/86 e explicitada pelo argumento de que o conteúdo de Fundamentos da Educação Pré-Escolar foi desenvolvido nas duas disciplinas citadas, principalmente Didática da Educação Pré-Escolar, cujo planejamento foi anexado ao protocolado (fls. 5 a 9);

1.3.2 - relação nominal dos alunos que concluíram a 4ª série da referida Habilitação, em 1985 (fls. 10 a 12).

1.4. A supervisão de ensino da referida escola, considerando que:

- a rotatividade e falta de pessoal técnico administrativo nas escolas ocasiona a dispersão das orientações, levando-as a cometerem "falhas administrativas não por omissão ou ação dolosa, mas por desinformação ou mesmo falta de orientação da supervisão escolar, que encontra-se assoberbada com uma série infinda de atribuições, totalmente dissociadas do processo ensino-aprendizagem";

- o aluno não pode ser prejudicado por falhas que não cometeu;

- e de competência da DE a solução do presente caso, de acordo com a Deliberação CEE nº 18/86.

- atendendo, entretanto, solicitação da COGSP, através da A.T. do 2º Grau da DRE-7-Oeste, encaminha os autos a este CEE, com parecer favorável ao solicitado, o que é acolhido pelo titular da 32ª DE (fls. 16 e 17).

1.5. A DRE-7-Oeste, considerando que a irregularidade foi devida a um "problema estrutural" da escola em virtude de falha administrativa, propõe o encaminhamento dos autos a este CEE, com proposta de convalidação dos atos escolares praticados e documentos expedidos, em 1985, pela referida escola, com fundamento no princípio da recuperação implícita (fls. 18 a 20).

1.6. Às fls 22 e 23, a COGSP, considerando que, a lacuna curricular de Fundamentos da Educação Pré-Escolar não trouxe prejuízo pedagógico para o aluno porque seu conteúdo foi desenvolvido em Didática da Educação Pré-Escolar, de acordo com planejamento anexo, que os alunos não podem ser prejudicados por falha administrativa, que a irregularidade foi detectada após o término de curso, que os quadros curriculares foram homologados pelas autoridades competentes e, que os alunos já receberam seus diplomas, estão lecionando ou prosseguiram seus estudos em nível superior, manifesta-se favoravelmente ao solicitado.

1.7. Por intermédio do Gabinete do Sr. Secretario de Estado da Educação o processo deu entrada no CEE em 26.03.87.

2. APRECIÇÃO:

2.1. Tratem os autos de solicitação de regularização da vida escolar dos alunos que concluíram, em 1985, a Habilitação Específica do 2º Grau para o Magistério, na EEPSPG "Zacarias Antônio da Silva", em Cotia, jurisdicionada à DE de Itapevi, sem terem estudado Fundamentos da Educação Pré-Escolar, componente curricular obrigatório da 4ª série, de acordo com o § 5º do artigo 7º da Deliberação CEE 21/76.

2.2. A irregularidade caracteriza-se, portanto, como lacuna curricular.

2.3. Embora a Supervisora de Ensino da DE de Itapevi entendesse que o caso poderia ser solucionado em nível daquele órgão, com base na Deliberação CEE n° 18/86, os autos foram encaminhados às instâncias superiores por solicitação de COGSP, por tratar-se de "problema estrutural".

2.4. Verifica-se, entretanto, que todas as autoridades de ensino que propuseram o envio dos autos à decisão deste Colegiado, posicionaram-se favoravelmente à regularização da situação dos alunos, com fundamento na mesma Deliberação.

2.5. A Indicação CEE n° 08/86, que faz parte integrante da Deliberação CEE n° 18/86, dispõe:

- no item 1 - "Dos objetivos", que as diretrizes nela estabelecidas" envolverão necessariamente também as situações de lacuna curricular, podendo assim, por analogia, ser a elas aplicadas".

- no item 4.1. - "Falha administrativa", que, muitas vezes a situação de irregularidade na vida escolar dos alunos é devida à falha administrativa, agravada muitas vezes pela demora tanto na informação ao aluno como na tomada de providências para a regularização da situação. É preciso, contudo, analisá-la com cuidado, porque nem sempre o aluno é tão vítima e nem a administração tão desorganizada. Ainda, que a irregularidade tenha "ocorrido por responsabilidade estrutural do sistema escolar (g.n.), o aluno não pode ser pura e simplesmente isentado de tarefas de reposição, com vistas à recuperação". Esta é uma circunstância importante, que deve ser levada em conta na busca de uma solução para sanar a irregularidade, sobretudo no sentido de não sobrecarregar indevidamente o aluno. Em tais situações, poderá ser aplicado o princípio da recuperação implícita"

- no item 6.1.2 "Se a irregularidade for constatada após o término do curso, o pedido de regularização deve ser encaminhado pela direção da escola à Delegacia de Ensino, a quem caberá, à luz desta Indicação, definir a solução para o caso" (g.n.).

- no item 6.3. "De qualquer decisão das escolas e Delegacia de Ensino caberá recurso às Divisões Regionais de Ensino, e de suas decisões caberá recurso ao Conselho Estadual de Educação".

2.6. Diante do exposto e considerando a natureza da irregularidade tratada nos autos, parece-nos caber inteira razão ao Supervisor de Ensino da DE de Itapevi, que afirmou caber à própria DE a solução do caso.

Aliás, no Parecer referente ao Processo CEE n° 2050/83, em que o interessado é a 4ª Delegacia de Ensino da Capital, discutido e aprovado pela Câmara do Ensino de 2º Grau, na reunião do dia 01/04/87, (ainda não levado a Plenário) já se afirmou que irregularidade desta natureza (lacuna curricular por falha do quadro curricular montado pela escola) deve ser solucionada com base na citada Deliberação.

2.7. Salvo engano, uma das duas alternativas abaixo poderá ser adotada no caso:

- o CEE, a fim de abreviar a solução do caso, decide sobre o assunto ou

- devolve o processo apenso à SE para decisão de DE.

3. CONCLUSÃO:

3.1. Tendo em vista o que consta na Deliberação CEE N° 18/86 e Indicação CEE n° 08/86, e considerando ainda manifestação das autoridades da Secretaria da Educação, no sentido de que no caso é possível aceitar-se a tese da recuperação implícita, entendemos que possam ser regularizados os atos escolares dos alunos que concluíram na EEPSPG "Zacarias Antonio da Silva" - Cotia, em 1985, na 4ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério.

3.2. Casos como este, previstos na Deliberação CEE N° 18/86, podem e devem ser resolvidos em nível de Delegacia de Ensino.

CESG, aos 13 de abril de 1987.

a) Cons° Arthur Fonseca Filho
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de maio de 1987.

a) Cons^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Presidente